Proc. TC 019.296/2017-7
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor da Prefeitura Municipal de São Vicente/SP e do Senhor Tércio Augusto Garcia Junior, ex-prefeito do Município entre os anos de 2005 e 2012, decorrente de irregularidades encontradas na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), relativo ao exercício de 2009.

2. Nos termos do Acórdão n.º 12.123/2018-TCU-2.^a Câmara (peça 27), o Tribunal considerou revel o espólio do Senhor Tércio Augusto Garcia Júnior (item 9.1), julgou as contas do ex-prefeito irregulares (item 9.2), rejeitou as alegações de defesa apresentadas pelo Município de São Vicente-SP (item 9.3) e fixou novo e improrrogável prazo de quinze dias, contado da notificação do acórdão, para que o Município de São Vicente-SP efetuasse e comprovasse, perante o Tribunal, o recolhimento da quantia de R\$ 1.593.800,32 aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no acórdão até a data do efetivo recolhimento (item 9.4).

3. O Voto do eminente Relator, Ministro Aroldo Cedraz (peça 28), acolheu parecer desta representante do Ministério Público de Contas à peça 26, no sentido de que a responsabilidade pelo débito apurado caberia apenas ao Município de São Vicente/SP, e não a este último em solidariedade com o Senhor Tércio Augusto Garcia Junior.

4. Nos termos da última instrução da Secex-SP (peça 39), houve as devidas notificações (peças 33 e 34), confirmadas pelos respectivos avisos de recebimento (peças 35 e 36), tanto do Senhor Tércio Augusto Garcia Junior, quanto do Município de São Vicente/SP, acerca do teor do Acórdão n.º 12.123/2018-TCU-2.^a Câmara. O Município ainda apresentou nova manifestação de defesa (peça 37), a qual, analisada pela Unidade Técnica, em nada modificou o entendimento prévio pela irregularidade das contas e condenação proposta.

5. Desse modo, propõe a Secex-SP que as contas do Município de São Vicente/SP sejam julgadas irregulares, com condenação ao pagamento da quantia determinada nos autos, e fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação do recolhimento da dívida aos cofres do FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora.

6. Não há reparos à análise e ao encaminhamento da Unidade Técnica. Desta forma, esta representante do Ministério Público manifesta-se concorde com os termos da proposta de instrução apresentada à peça 39, a qual contou com a corroboração dos dirigentes (peças 40 e 41).

Ministério Público de Contas, 23 de maio de 2019.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral